

Peruíbe, 15 de dezembro de 2020.

Ofício nº 013/2020 :

Exmo. Dr. Luiz Maurício Passos de Carvalho Pereira
DD. Prefeito do Município da Estância Balneária de Peruíbe – SP.

Excelentíssimo Senhor Prefeito.

A Diretoria da ACEP – Associação Comercial e Empresarial de Peruíbe, neste ato representada por seu Presidente, vêm através do presente, mui respeitosamente, encaminhar reivindicação deliberada em reunião extraordinária de Diretoria, datada de 11/12/2020 p.p., conforme expõe:

Considerando o esboço do Plano Diretor do Município, em fase de atualização, esta entidade vem colaborar com a seguinte proposta:

1 – Incluir os artigos anexos, referentes ao Plano Diretor de Praia Grande, tendo como objetivo maior, garantir a inclusão e integração de Peruíbe na Região Metropolitana da Baixada Santista, principalmente em função do Plano Metropolitano de desenvolvimento estratégico da Baixada Santista.

Justificativa: Em face do que estabelece o Governo do Estado de São Paulo com relação às várias regiões metropolitanas e cientes do orçamento Municipal deficitário, acreditamos não ser possível desenvolver o município isoladamente, portanto urge sintonizar nosso Plano Diretor as demais cidades da Baixada Santista.

Utilizamos como exemplo o plano diretor da Praia Grande em função da grande amizade e possibilidade de ajuda técnica do prefeito Alberto Mourão um gestor exemplar para o Brasil.

Observação: Vale ressaltar que esta entidade estará sempre à disposição para demais esclarecimento e quando necessários presentes na AGEM e CONDESB.

Sendo o que apresenta o momento, externamos antecipadamente nosso sincero agradecimento, renovando protesto de elevada estima e distinta consideração, contando com o elevado sendo humanitário que reveste a pessoa de tão laborioso Prefeito.

Respeitosamente.



Eduardo Rodenas
Diretor Presidente

Utilidade Pública
Lei 804 de 13/04/81

Anexo:

ART. 7º - O Plano Diretor terá vigência por um período de 10 (dez) anos a contar da data de vigência desta Lei Complementar.

ART. 8º - O Plano Diretor poderá sofrer alterações ou revisões extraordinárias em seu conteúdo, desde que condições e situações específicas excepcionais, devidamente comprovadas, no plano institucional, na economia, no quadro social e no ordenamento físico/territorial do Município e de sua Região Metropolitana assim o requeiram.

ART. 9º - As alterações do Plano Diretor, decorrentes das revisões elaboradas pelo Executivo serão, obrigatoriamente, submetidas à apreciação do **Conselho Municipal da Cidade**, representativo dos diferentes segmentos da comunidade local, antes de serem encaminhadas à Câmara Municipal, sem prejuízo de outras modalidades de divulgação e consulta com vistas à ampla participação comunitária nas decisões concernentes a matérias de interesse local.

ART. 10 - O Plano Diretor e suas revisões, bem como os seus instrumentos de implementação, após sua aprovação pela Câmara Municipal e sua promulgação pelo chefe do Executivo deverão ser divulgados pela imprensa oficial local e pela Internet com vistas a garantir a informação a todos os interessados.

ART. 11 - O **Conselho Municipal da Cidade**, instituído pela Lei Complementar nº, é o órgão de assessoramento do Executivo Municipal na formulação da política de desenvolvimento urbano e na implementação do processo de planejamento, com as seguintes finalidades:

- I. Opinar sobre as revisões do Plano Diretor;
- II. Opinar sobre planos e projetos decorrentes do Plano Diretor;
- III. Zelar pelo cumprimento das prescrições desta Lei Complementar;
- IV. Propor programas voltados ao aprimoramento do processo de planejamento e do desenvolvimento local.

TÍTULO II - DAS POLÍTICAS GERAIS DE DESENVOLVIMENTO

ART. 12 - São políticas gerais de desenvolvimento local que deverão orientar a ação municipal:

- I. A integração regional como estratégia para a superação dos estrangulamentos do desenvolvimento local, tendo por referência o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado da Baixada Santista;
- II. A gestão democrática da cidade, através da participação da comunidade nas decisões sobre matérias de interesse local, utilizando os instrumentos previstos no artigo 6º;
- III. A prevalência do interesse comum e da preservação ambiental nas diretrizes de ação municipal;
- IV. A justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;
- V. A priorização da educação formal e complementar da população, como requisito básico para o desenvolvimento social e econômico da comunidade;
- VI. O reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais e como agente do desenvolvimento no futuro, respeitando sua identidade e a diversidade individual e coletiva;
- VII. O fortalecimento da identidade dos moradores com seu ambiente social e de trabalho, ampliando o envolvimento das comunidades no esforço de desenvolvimento da coletividade;

- VIII. A integração e o planejamento da ação municipal em todos os níveis;
- IX. A dinamização e diversificação da atividade econômica, com base nas vocações do Município e no aproveitamento de suas condições locais;
- X. A manutenção das iniciativas para qualificação do ambiente, em especial, de balneabilidade das praias do Município.

TÍTULO III - DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ART. 13 - São diretrizes de desenvolvimento econômico municipal:

- I. Desenvolver e consolidar a articulação técnica e política com os Municípios vizinhos através das Câmaras Temáticas, do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista e da Agência Metropolitana da Baixada Santista com vistas a garantir participação ativa no processo deliberativo e decisório sobre as questões de interesse metropolitano, em especial sobre projetos de impacto na economia regional;
- II. Promover condições de competitividade do Município na absorção de empreendimentos de âmbito regional, desenvolvendo seu potencial ambiental e paisagístico, utilizando e potencializando suas condições locais;
- III. Promover e apoiar as iniciativas de diversificação e especialização das atividades produtivas locais, bem como o desenvolvimento da mão de obra residente, com intuito de promover um desenvolvimento sustentável consistente e equilibrado;
- IV. Promover a capacitação profissional para os jovens, bem como sua inserção no mercado de trabalho por meio de parcerias com a iniciativa privada;
- V. Estimular e fomentar preferencialmente a organização de empresas não poluentes e intensivas em mão de obra, visando à ampliação do emprego e à coexistência da atividade industrial com o turismo e lazer;
- VI. Promover e apoiar a sinergia entre empresas, universidades e o poder público municipal, visando fomentar a pesquisa e a inovação tecnológica em busca de geração de atividades econômicas com alto valor agregado e ambientalmente sustentáveis;
- VII. Estimular a oferta de empregos para a população residente no Município, de forma distribuída no território, visando reduzir a necessidade de longos deslocamentos e o movimento pendular para outros municípios;
- VIII. Potencializar a atratividade do Município, de forma a ampliar a captação de recursos externos visando fortalecer a base econômica local.

ART. 14 - Visando implementar as diretrizes de desenvolvimento econômico de que trata o artigo anterior, o Executivo deverá:

- I. Estabelecer parcerias com o setor privado como forma de viabilizar e estimular o desenvolvimento de projetos de interesse econômico para o Município;
- II. Manter convênios com o SENAI, SENAC, SESI e outros estabelecimentos de ensino, visando à oferta periódica de cursos profissionalizantes, a serem programados em conjunto com o Município;
- III. Manter convênio com o SEBRAE e/ou com instituições de ensino, visando à ampliação das ações da Incubadora de Empresas no apoio e orientação à formação de microempresas e de cooperativas, bem como à orientação e acompanhamento das empresas aí constituídas;
- IV. Fomentar a atuação do Banco do Povo e de outros programas de microcrédito visando potencializar a ação da Incubadora de Empresas na formação e manutenção de microempresas e cooperativas;
- V. Elaborar estudo visando à simplificação das obrigações administrativas e tributárias para as microempresas, cooperativas e empresas de pequeno porte que se proponham a utilizar a mão de obra residente;

- VI. Fomentar a qualificação da mão de obra residente, para ampliação do acesso por esta às oportunidades de emprego e renda criadas;
- VII. Realizar gestão para promover implantação de centro de inovação tecnológica no Município;
- VIII. Fomentar a gestão e administração profissionalizada da oferta dos leitos disponíveis nos domicílios de uso ocasional e colônias de férias existentes no município, para a utilização do seu potencial de hospedagem e incentivar sua ocupação durante todos os períodos do ano;
- IX. Fazer gestões junto ao empresariado e a instituições governamentais e financeiras visando à parceria na implementação do Parque Industrial do Município, associado à implantação de Entrepasto Aduaneiro, com aproveitamento de transporte intermodal, existente ou a ser construído, como fatores potencializadores das condições locais estratégicas do Município.

ART. 15 - O Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico servirá de orientação e referência para os assuntos correlatos, e nele serão estabelecidas as diretrizes específicas e as metas da ação municipal de curto, médio e longo prazos, observadas as políticas e diretrizes de caráter geral, estabelecidas nos artigos 12 a 14.